

III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL (2012–2024): Avanços, Retrocessos e o Compromisso com os Direitos Humanos

Políticas públicas, gestão e financiamento da educação básica

Rhian Sousa Arruda¹
Thaynara de Jesus Silva²
Lais Santos Lima³
Samyra de Oliveira Lucena⁴
Roza Maria Soares da Silva⁵

Resumo: Ao longo dos anos 2012 a 2024, as políticas educacionais brasileiras passaram por avanços e retrocessos influenciados pelos diferentes governos. Durante os governos houve melhorias na valorização profissional, ampliação do acesso ao ensino superior e universalização da educação básica de qualidade. Teve a implementação do novo ensino médio brasileiro que geraram desigualdades, cortes no orçamento e desvalorização do setor entre outras ações. Diante disso, O objetivo desta pesquisa é analisar os avanços nas políticas educacionais brasileiras ocorridos entre os anos de 2012 e 2024, considerando seus impactos no acesso e na qualidade dos direitos humanos, como também identificar os avanços que aconteceram nas políticas educacionais do brasil nos últimos anos, da mesma forma que buscamos compreender os impactos dos avanços ocorridos no brasil durante o período de 2012 a 2024. Analisar esse período é necessário para compreender as políticas educacionais, assim nosso trabalho justifica-se pela necessidade de refletir criticamente sobre essas decisões e omissões políticas do poder público no campo educacional. Portanto, nosso trabalho se desenvolveu de forma qualitativa a partir de buscas em jornais, sites e revistas relacionadas ao assunto em busca de descobrirmos como em cada governo, a educação foi avançando entre tensões, interesses políticos, econômicos e a garantia dos direitos humanos, tendo impacto direto na qualidade, no acesso e na inclusão social no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Reformas. Retrocessos. Avanços. Desigualdades.

¹Graduando do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Imperatriz, rhian.arruda@uemasul.edu.br

²Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Imperatriz, thaynara.silva@uemasul.edu.br

³Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Imperatriz, lais.lima@uemasul.edu.br

⁴Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Imperatriz, samyra.lucena@uemasul.edu.br

⁵ Doutora, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, roza.silva@uemasul.edu.br



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED

II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

Introdução: Entre os períodos de 2012 -2024, as políticas educacionais no Brasil foram marcadas por muitas mudanças e transformações no cenário político, econômico e social no Brasil com o impacto diretamente com a política educacionais brasileiras. Durante esses anos aconteceram diversos avanços e retrocessos significativos no país.

Analisar esse período é necessário para compreender como a políticas educacionais tem refletido no compromisso com os direitos humanos. Assim, a proposta do artigo justifica-se pela necessidade de refletir criticamente sobre essas decisões e omissões políticas do poder público no campo educacional, contribuindo com uma política com compromisso com a justiça social, a cidadania plena e os direitos humanos.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar os avanços nas políticas educacionais brasileiras ocorridos entre os anos de 2012 e 2024, considerando seus impactos no acesso e na qualidade dos direitos humanos, bem como identificar os avanços que aconteceram nas políticas educacionais do brasil nos últimos anos e compreender os impactos dos avanços ocorridos no brasil durante o período de 2012 a 2024, consolidando como essas políticas impactaram a garantia do direito a educação de qualidade, gratuita, laica e inclusiva, consolidar uma educação comprometida com a justiça social e a cidadania plena .

Assim, esta análise visa contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre o compromisso do Estado com a promoção da cidadania plena através de uma educação que respeite os direitos humanos e promova a justiça social.

Metodologia: O ato de pesquisar é uma atividade essencial para o desenvolvimento do conhecimento da sociedade. Para o desenvolvimento desta pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa com uma abordagem bibliográfica e documental. A escolha por esse percurso metodológico foi fundamentada na necessidade de compreender as políticas educacionais a luz de suas formulações legais, de debates teóricos e dos impactos observados no contexto escolar. Ao realizarmos a leitura e análise dessas fontes conseguimos compreender como as políticas são formuladas, aplicadas e quais os impactos podem gerar no ambiente escolar. As informações coletadas foram organizadas e analisadas de forma crítica, buscando associar teoria à prática da educação.

Resultados e Discussão: As políticas educacionais brasileiras entre 2012 - 2024 foram marcadas por avanços significativos, retrocessos preocupantes e uma constante tensão entre a



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

garantia dos direitos humanos e os interesses políticos e econômicos. Nesse período abrange a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), reformas estruturais como a do Ensino Médio, e tensões políticas que influenciaram o financiamento e a gestão da educação pública.

Começaremos analisando o ano de 2012, que foi marcado pelo governo da presidenta Dilma Rousseff (2012-2016). Nesse período o Brasil foi encontrado em um momento em que houve a baixa do dólar, o controle da inflação e o aumento do poder de compra da população. Por outro lado, também sofreu com o efeito da lenta recuperação da crise financeira de 2008, o que trouxe consequências negativas em termos de crescimento econômico e comércio exterior.

Durante a liderança de Dilma, é possível destacar um grande avanço da política educacional, onde o governo lança grandes propostas e projetos que visam uma maior valorização profissional de professores, o acesso ao Ensino Superior, superação da exclusão por classe social, etnia ou gênero e a universalização da educação básica de qualidade. Em 2012, o Governo Federal estabelece o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Que tem como intuito a alfabetização de todas as crianças com idade máxima de oito anos até a conclusão do 3ºano do ensino fundamental.

Esse período se caracterizou por uma tentativa de ampliar o acesso e a qualidade da educação, consolidando avanços na valorização docente e na inclusão social, refletindo um momento de maior investimento em políticas educacionais voltadas à promoção dos direitos humanos e à igualdade de oportunidades no ensino brasileiro.

Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff o vice dela assumiu o governo federativo, Michel Temer (2016 – 2018), seu mandato foi marcado por series reformas educacionais e ajustes econômicos que impactou diretamente as políticas educacionais do Brasil. Michel Temer enfrentou um cenário de recessão econômica e alta taxa de desempregos, o que resultou medidas austeras e a necessidade de implementar políticas públicas que buscavam reequilibrar as finanças do país.

Uma das suas primeiras grandes medidas envolvendo a educação foi propor a Medida Provisória (MP) nº 746 (BRASIL, 2016). Essa medida definia novas diretrizes para o ensino médio e instituía a política de fomentação de implementação das escolas de ensino médio de tempo integral no território brasileiro, reformulando assim o ensino médio do Brasil.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

O governo do temer gerou controvérsias, com a criação do novo ensino médio teve desigualdade entre as escolas públicas de diferentes regiões do país, dada pela falta de infraestrutura, matérias adequadas e a formação continuada para os professores. Além disso, com o aumento da carga horária foi uma proposta positiva, mas com limitações em relação a qualidade do ensino em cada região brasileira.

Nas políticas de ensino superior o governo temer também implementou cortes orçamentários, afetando assim as universidades públicas e programas de assistência estudantil, como o programa universidade para todos (ProUni) e o fundo de financiamento estudantil (Fies), ambos programas estudantis para entrada em universidades particulares com apoio do governo brasileiro. Embora temer tenha procurado buscar alternativas para manter esses programas, a reforma não foi suficiente para reverter os efeitos das limitações orçamentárias e a crise do setor estudantil.

Já no governo de Jair Bolsonaro foi marcado por significativos retrocessos institucionais, desmonte de políticas públicas e uma crescente polarização social. Desde o início de seu mandato, Bolsonaro adotou uma postura confrontadora em relação às instituições democráticas, como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a imprensa. Essa atitude desestabilizou o equilíbrio entre os poderes e fortaleceu práticas autoritárias no discurso político. No campo das políticas públicas, houve cortes expressivos e desestruturação de programas sociais, ambientais, educacionais e de direitos humanos.

Já os primeiros anos do terceiro mandato do governo Lula (2023–2024) marcaram um período de reconstrução política, retomada de políticas públicas e enfrentamento de um país profundamente polarizado após os anos Bolsonaro (2019–2022). Lula tomou posse em janeiro de 2023, após vitória apertada sobre Jair Bolsonaro em 2022 e encontrou um país dividido, com instituições fragilizadas e parte significativa da população desacreditada na política tradicional.

Ao reassumir a presidência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou o sistema educacional brasileiro em uma situação bem crítica, resultado de anos de negligências, cortes orçamentários e instabilidade institucional durante o governo anterior. A gestão de Jair Bolsonaro foi marcada por diversas trocas de ministros da Educação — foram seis trocas em



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

quatro anos —, o que gerou descontinuidade de políticas, falta de planejamento e enfraquecimento da atuação federal.

Diante desse cenário, o governo Lula iniciou seus primeiros anos com o objetivo de reconstruir o setor educacional. Entre as primeiras medidas, destacam-se a recomposição do orçamento da educação, a reestruturação do MEC, o relançamento de programas sociais e educacionais, e o anúncio do novo PAC da Educação, com investimentos em creches, escolas de tempo integral e institutos federais. Também foi proposta a revisão do Novo Ensino Médio, com diálogo ampliado com professores e estudantes. Além disso, o governo retomou o Fórum Nacional de Educação, fortalecendo os espaços de participação social na definição das políticas públicas da área. (UNESCO, 2023).

Considerações Finais: O período de atuação governamental no Brasil entre 2012 e 2024 revela uma trajetória marcada por avanços e retrocessos nas políticas educacionais, refletindo as complexidades e os desafios enfrentados pelo país no campo da educação. , observou-se uma ampliação do acesso à educação, ações de valorização dos profissionais de ensino e esforços para universalizar a educação de qualidade, avanços que reforçam o compromisso com os direitos humanos e a justiça social.

Entretanto as dificuldades econômicas brasileiras agravam a partir de 2014 comprometendo o financiamento a efetividade dessas políticas, contribuindo para o aumento das desigualdades regionais e socioeducacionais, além de limitar a implementação de melhorias estruturais essenciais. Houve tentativas de melhorias onde resultou em cortes orçamentários severos, onde afetou os programas estudantis ProUni e fies, Além de ter impactado infraestrutura e a política curricular, evidenciando uma tendência de precarização do setor.

Desta forma, no percurso desses anos que se passaram podemos observar que muitos dos avanços, embora importantes, ainda estão sujeitos a serem moldados pelas condições econômicas e políticas, as possibilidades de concretização de uma educação pública, gratuita, laica e inclusiva de qualidade para todos ainda aparentar ser um objetivo distante da realidade da educação brasileira.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

Referências

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). *Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos*. Campinas, SP: Papyrus, 2022. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. *Casa Civil da Presidência da República. Novo PAC: investimento para o crescimento sustentável*. Brasília: Casa Civil, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*. Brasília, DF. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. *Ministério da Educação. Relatório de gestão 2022*. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CNN BRASIL. **Governo Lula anuncia novo PAC com foco em educação básica e infraestrutura escolar**. 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

NUNES, Thais. **Centrão e governabilidade: desafios do terceiro mandato de Lula**. *Revista Brasileira de Política e Governo*, v. 15, n. 1, p. 33–48, 2024. Acesso em: 9 jul. 2025.

OLIVEIRA, André. **Política monetária e juros altos: o embate entre o governo Lula e o Banco Central**. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 2, p. 112–129, 2023. Acesso em: 9 jul. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. *Política educacional no Brasil: limites e perspectivas da regulação e do financiamento*. São Paulo: Xamã, 2016. Acesso em: 9 jul. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes. **A política externa do governo Lula (2023–2024): entre a reconstrução e o protagonismo regional**. *Carta Internacional*, v. 18, n. 1, p. 1–20, 2023. Acesso em: 9 jul. 2025.

UNESCO. *Educação sob ataque no Brasil: impactos da pandemia e da crise institucional (2019–2022)*. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em:



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

9 jul. 2025.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

